

Nº 120

**Evolução da desigualdade no rendimento
domiciliar *per capita* nos municípios
brasileiros**

10 de novembro de 2011

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

1. Apresentação¹

Este Comunicado tem como objetivo analisar a evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio entre todos os municípios do país. Para isso, tomam-se como referência as informações primárias geradas pelo IBGE, por meio dos censos demográficos, para os anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A sistematização do rendimento domiciliar por habitante em cada um dos municípios brasileiros possibilitou calcular a desigualdade por meio do índice de Gini. Como se sabe, o índice de Gini varia de 0 a 1, sendo maior a desigualdade no rendimento quanto mais próximo de 1.

O índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios é menor que o do rendimento *per capita* domiciliar dos indivíduos porque há maior variação entre a renda das pessoas que entre a renda dos municípios. De todo o modo, a série de 40 anos possibilita analisar a trajetória da desigualdade na renda no território nacional.

Para esta análise, o Comunicado foi escrito em três partes. A Seção 1 registra a evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio do conjunto dos municípios brasileiros nos últimos trinta anos. A seguinte apresenta a trajetória da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio do conjunto dos municípios nas grandes regiões geográficas do país no mesmo período de tempo. Por fim, a Seção 3 trata da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios em cada unidade da Federação.

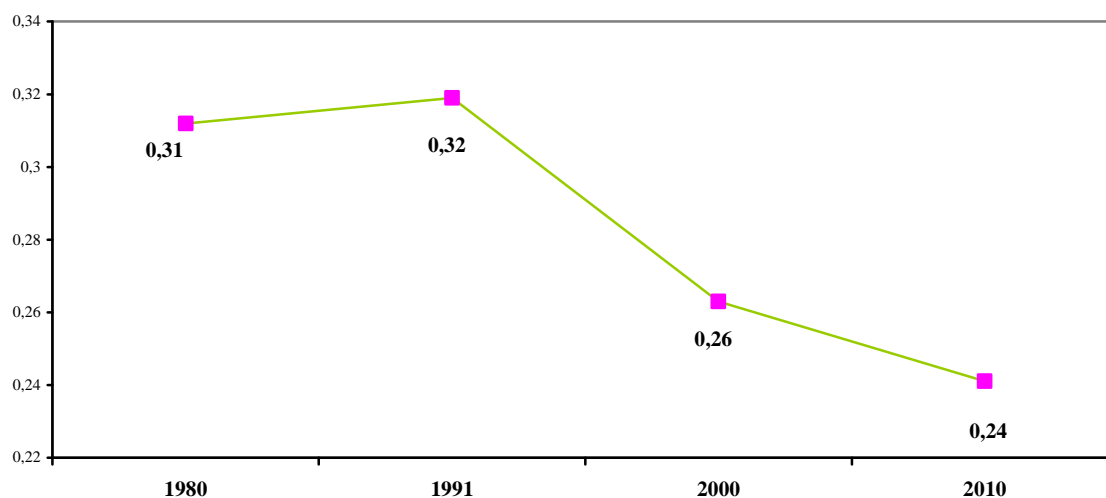
2. Desigualdade de renda entre os municípios brasileiros

A passagem para o século 21 tem sido acompanhada da redução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios brasileiros. Entre as décadas de 1980 e 1990, o grau de desigualdade registrou aumento de 2,3%, uma vez que o índice de Gini passou de 0,31 para 0,32.

A partir da década de 1990, a desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio no conjunto dos municípios brasileiros tem apresentado trajetória de queda. No ano 2000, o índice de Gini era 0,26 e, em 2010, foi 0,24.

¹ O Comunicado contou com a assistência e colaboração do diretor Jorge Abrahão de Castro, pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc); do chefe de gabinete do Ipea, Fábio de Sá e Silva; de Luciana Acioly, André Calixtre e Richard Santos, pela Assessoria Técnica da Presidência (Astec); e de Daniel Castro, pela Assessoria de Comunicação do Ipea (Ascom).

Gráfico 1 – Brasil: evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* média do conjunto dos municípios em anos selecionados (índice de Gini)



Fonte: IBGE – Censo demográfico (Elaboração IPEA)

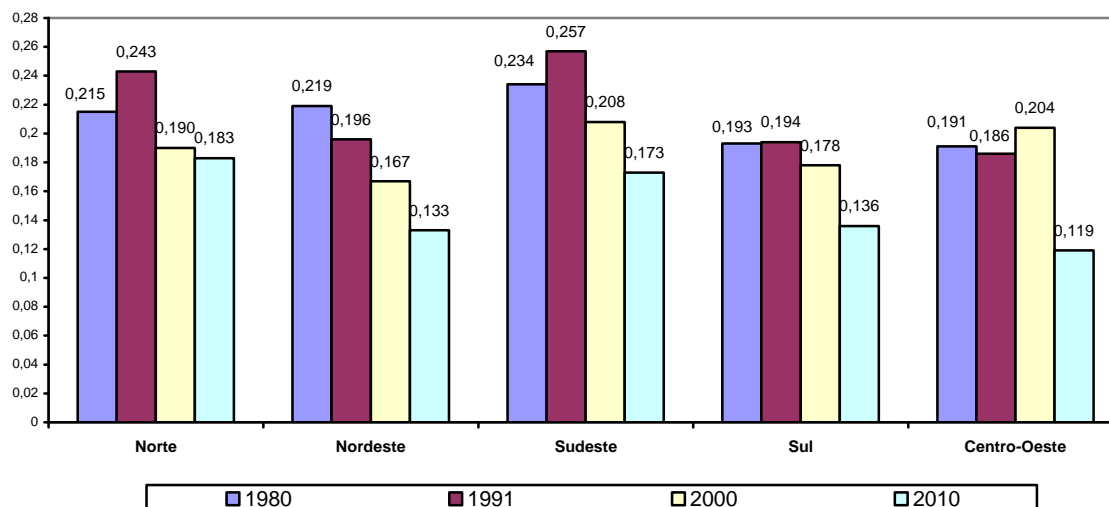
Considerando-se a evolução do índice de Gini, calculado a partir do rendimento domiciliar *per capita* médio no conjunto dos municípios brasileiros nos últimos trinta anos, constata-se uma queda acumulada de 22,8%. Em 2010, o índice de Gini foi 0,24, enquanto em 1980 de 0,31.

3. Desigualdade de renda dos municípios nas grandes regiões geográficas

O grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios apresenta comportamentos distintos entre as grandes regiões geográficas. Em 2010, por exemplo, as regiões Centro-Oeste (0,12) e Nordeste (0,13) tiveram os menores indicadores de desigualdade de rendimento, enquanto as regiões Norte (0,18) e Sudeste (0,17) registraram os maiores índices de Gini.

Além disso, nota-se também que a distância entre os índices de Gini em cada uma das grandes regiões geográficas do país tem aumentado durante os últimos trinta anos. Em 2010, a distância que separa as duas regiões com maior (Norte) e o menor (Centro-Oeste) grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios foi de 53,8%.

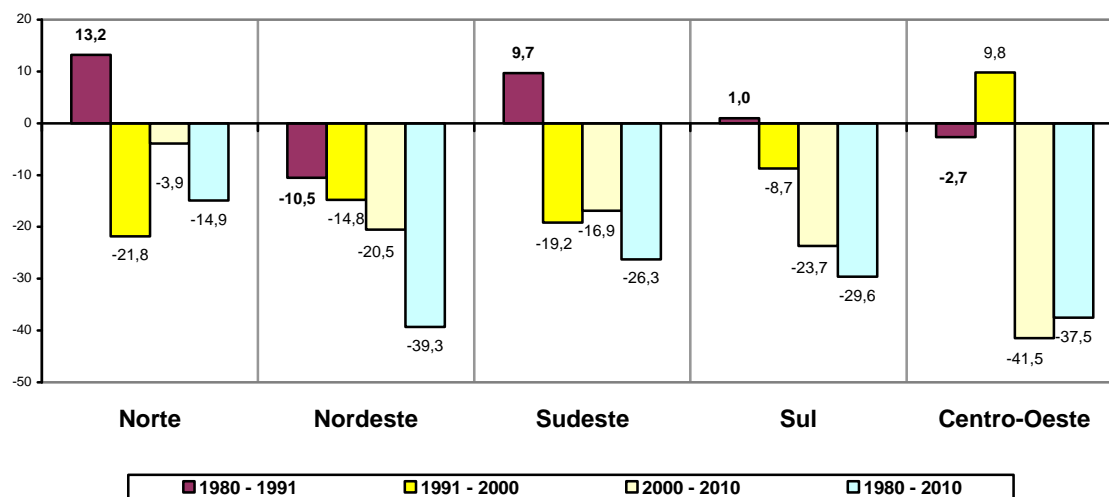
Gráfico 2 – Grandes regiões geográficas: evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio do conjunto dos municípios em anos selecionados (índice de Gini)



Fonte: IBGE – Censos demográficos (Elaboração IPEA)

Trinta anos antes, em 1980, a diferença que separava as duas regiões com maior (Sudeste) e o menor (Centro Oeste) grau de desigualdade era de 14,7%. Na região Sudeste, o índice de Gini era 0,23 e, na região Centro Oeste, 0,19.

Gráfico 3 – Grandes regiões geográficas: variação do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* média do conjunto dos municípios em anos selecionados



Fonte: IBGE – Censos demográficos (Elaboração IPEA)

O aumento da diferença entre as desigualdades no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios se deveu ao comportamento distinto apresentado pelo índice de Gini em cada uma das grandes regiões geográficas do país. Na década de 1980, por exemplo, somente as regiões Nordeste (-10,5%) e Centro-Oeste (-2,7%) apresentaram queda nos indicadores.

Na década de 1990, a região Centro-Oeste foi única que apresentou elevação no Gini do rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios (9,8%), enquanto

que, na década de 2000, foi a região com maior queda no grau de desigualdade de rendimento (41,5%). Durante os últimos 30 anos, a região Nordeste foi a que registrou a maior queda no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios (39,3%). A região Norte apresentou a menor redução no índice de Gini (14,9%).

4. Desigualdade de renda dos municípios nos estados da Federação

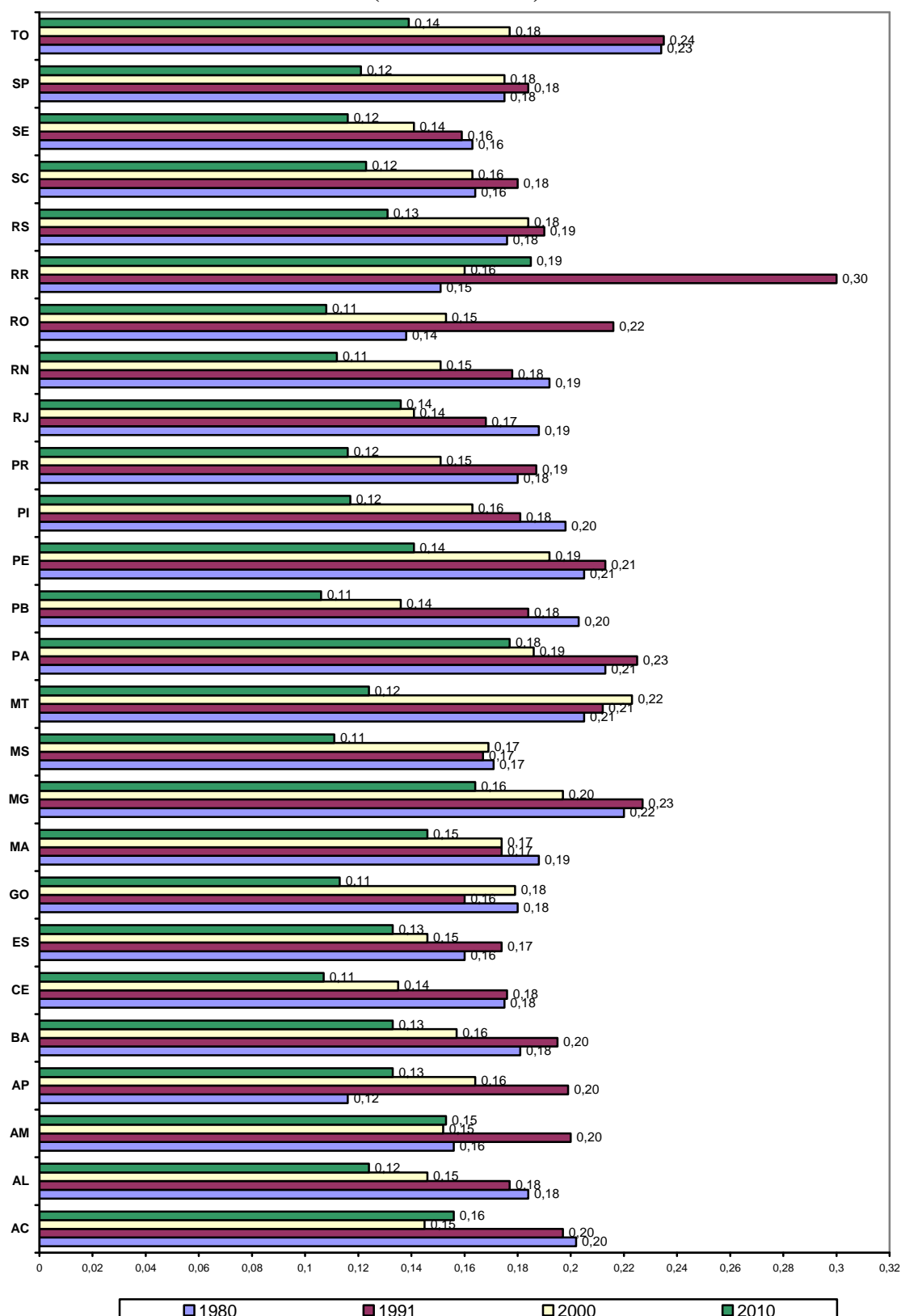
No caso do rendimento domiciliar *per capita* médio no conjunto dos municípios em cada um dos estados da federação, notam-se também comportamentos distintos na evolução do grau de desigualdade nos últimos trinta anos. Em 1980, por exemplo, o estado do Amapá (0,11) teve o menor grau de desigualdade, enquanto Tocantins (0,23) registrou o maior índice de Gini.

Trinta anos depois, em 2010, a Paraíba (0,11) teve o menor grau de desigualdade e o estado de Roraima (0,19) registrou o maior índice de Gini. Enquanto que, em 1980, a diferença que separava o menor do maior índice de Gini entre os estados era de 101,7% (Amapá e Tocantins). Em 2010, foi de 74,5%. Ou seja, houve redução de 13,4% entre a diferença média que separa os estados com maior e menor índice de Gini entre dos municípios.

Por outro lado, constata-se distintas trajetórias entre as desigualdades no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios para cada uma dos estados da Federação. Nos últimos 30 anos, por exemplo, somente os estados do Amapá (14,8%) e Roraima (22,8%) tiveram aumento no Gini.

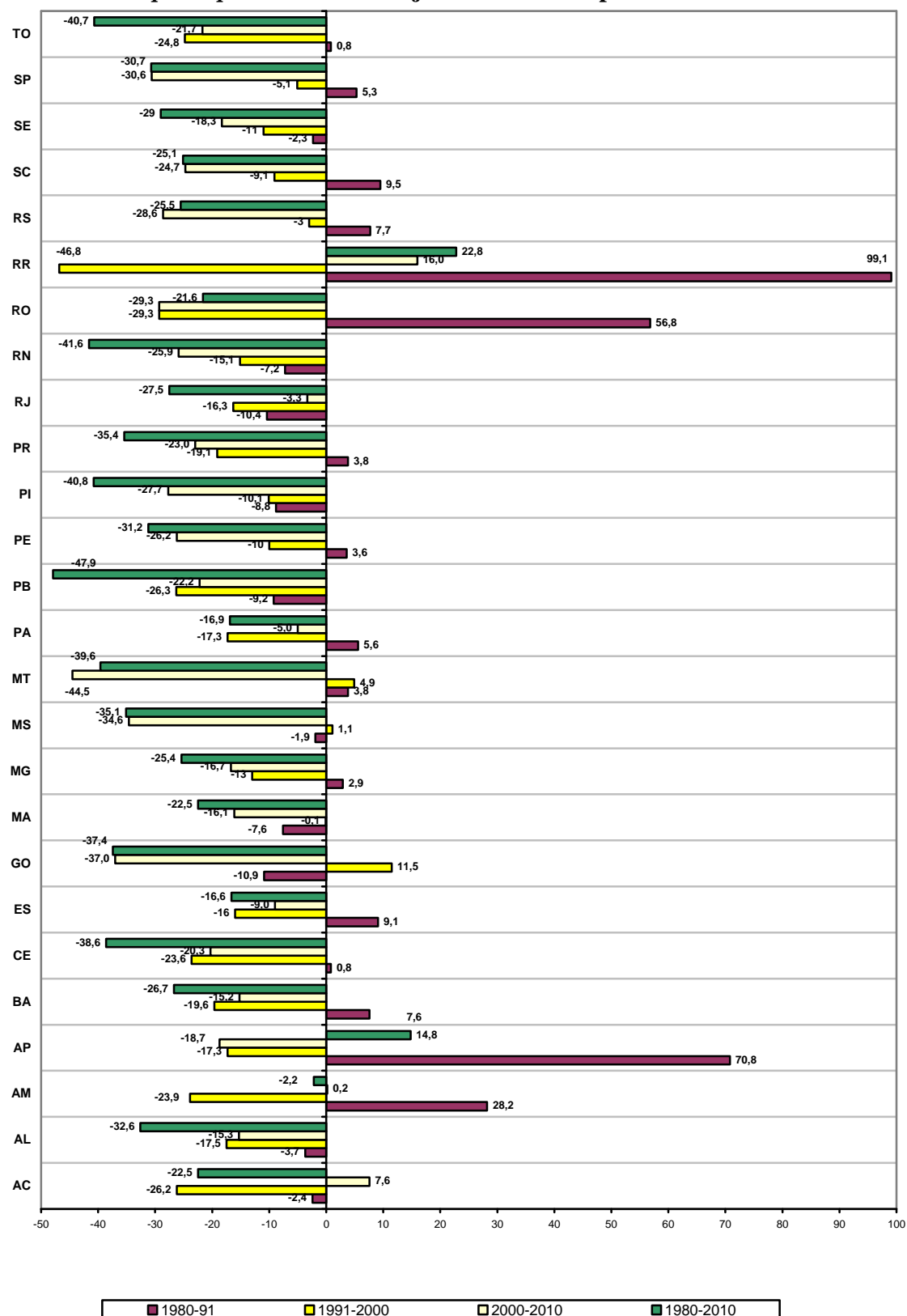
Os demais registraram queda no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios. Paraíba (-47,9%) foi o estado que apresentou a maior redução e o Amazonas (-2,2%) teve a menor.

Gráfico 4 – Estados da federação: evolução da desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* média do conjunto dos municípios em anos seleccionados (índice de Gini)



Fonte: IBGE – Censos demográficos (Elaboração IPEA)

Gráfico 5 – Estados da federação: variação do índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* média do conjunto dos municípios em anos selecionados




Fonte: IBGE – Censos demográficos (Elaboração IPEA)

5. Considerações Finais

Em 30 anos, o índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* médio no conjunto dos municípios caiu 22,8%, passando de 0,31, em 1980, para 0,24 em 2010. Embora entre as décadas de 1970 e 1980, a desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio nos municípios tenha aumentado, a partir dos anos de 1990, o índice de Gini registra trajetória de queda.

Nesse mesmo período de tempo, a região Nordeste foi a que registrou a maior queda no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios (39,3%) e a região Norte apresentou a menor redução no índice de Gini (14,9%). Atualmente, o menor índice de Gini encontra-se na região Centro Oeste (0,12), enquanto o maior é de responsabilidade da região Norte (0,18).

Para os estados da federação, Paraíba (0,11) possui o menor grau de desigualdade e o estado de Roraima (0,19) tem o maior índice de Gini. Nos últimos 30 anos, o estado da Paraíba (-47,9%) foi o que apresentou a maior queda no índice de Gini, enquanto Roraima (22,8%) teve a mais alta elevação no grau de desigualdade no rendimento domiciliar *per capita* médio dos municípios.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República